



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VIII • nº 1521 • Campo Grande – MS • quarta-feira • 7 de junho de 2017

20 páginas



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

Nilza Gomes da Silva

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Aroldo José de Lima

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jacaguara Dantas da Silva Passos*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos
Direitos Humanos
(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2054 | dompms@mpms.mp.br

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça	2
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa	5
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	6
Comissão de Constatação de Disponibilidade de Material	10
Secretaria de Recursos Humanos	11
Editais das Promotorias de Justiça	11

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO**

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (Port. nº 1830/2017-PGJ, de 6.6.2017):

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto	2015/2016	1º a 30.6.2017
Alexandre Lima Raslan	2011/2012	25.5 a 23.6.2017
Antonio Siufi Neto	2014/2015	5.6 a 4.7.2017
Aroldo José de Lima	2016/2017	1º a 30.6.2017
Belmires Soles Ribeiro	2014/2015	1º a 30.6.2017
Edgar Roberto Lemos de Miranda	2015/2016	1º a 30.6.2017
Esther Sousa de Oliveira	2015/2016	1º a 30.6.2017
Evaldo Borges Rodrigues da Costa	2015/2016	1º a 30.6.2017
Francisco Neves Junior	2014/2015	1º a 30.6.2017
Gerardo Eriberto de Moraes	1995/1996	1º a 30.6.2017
Gilberto Robalinho da Silva	2015/2016	1º a 30.6.2017
Irma Vieira de Santana e Anzoategui	1996/1997	3.7 a 1º.8.2017
Jaceguara Dantas da Silva Passos	2016/2017	1º a 30.7.2017
João Albino Cardoso Filho	2013/2014	22.6 a 21.7.2017
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya	2015/2016	1º a 30.6.2017
Lucienne Reis D'Avila	2015/2016	1º a 30.6.2017
Luis Alberto Safrader	2015/2016	1º a 30.6.2017
Mara Cristiane Crisóstomo Bravo	2013/2014	3.7 a 1º.8.2017
Marcos Antonio Martins Sottoriva	2014/2015	1º a 30.7.2017
Marigô Regina Bittar Bezerra	2015/2016	1º a 30.6.2017
Mauri Valentim Riciotti	2016/2017	5.6 a 4.7.2017
Miguel Vieira da Silva	2013/2014	1º a 30.6.2017
Nilza Gomes da Silva	2015/2016	1º a 30.7.2017
Rodrigo Jacobina Stephanini	2015/2016	6.11 a 5.12.2017
Silasneiton Gonçalves	2007/2008	1º a 30.6.2017
Silvio Cesar Maluf	2011/2012	1º a 30.6.2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º e considerando o § 1º do artigo 81, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Promover, por antiguidade, o Promotor de Justiça de Iguatemi, **Thiago Barbosa da Silva**, Primeira Entrância, símbolo MP-22, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e autorizar que sua promoção se efetive na comarca que atualmente se encontra lotado, Iguatemi (Processo PGJ/10/1748/2017) (Port. nº 1841/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Promover, por merecimento, o Promotor de Justiça de Deodápolis, **William Marra Silva Junior**, Primeira Entrância,

símbolo MP-22, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, Segunda Entrância, símbolo MP-23, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Processo PGJ/10/1749/2017) (Port. nº 1842/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 1º.6.2017, o Promotor de Justiça **Fabio Ianni Goldfinger** para, sem prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento no Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, vinculado aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais, nos termos do inciso III do artigo 3º da Resolução nº 17/2012-PGJ, de 3.5.2012 (Port. nº 1828/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça **Izonildo Gonçalves de Assunção Junior** 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 12 e 13.4, e 17.8.2014, a serem usufruídos nos dias 12, 13 e 14.6.2017, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015 (Port. nº 1833/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça **Luciana Moreira Schenk** 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a ser usufruído no dia 19.6.2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 1834/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, **Ricardo Benito Crepaldi**, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Vara de Execução Penal do Interior, a partir de 7.6.2017, pelo período de 30 (trinta) dias; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2806/2016-PGJ, de 26.9.2016, retificada pela Portaria nº 631/2017-PGJ, de 23.2.2017, que designou o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger (Port. nº 1835/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 1º.6.2017, os servidores **Paulo Roberto Martins Cavalari**, Chefe de Setor; **Laura Regina Barbosa Victor Chaparim**, Chefe de Departamento; **Murillo Andrade Yazbek**, Técnico I/Administrativo; **Josiane Sanches de Mamann Zillo e Cristiano Lopes Baes**, Técnicos II; e, em caráter temporário, o servidor **Emerval Carmona Gomes**, Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Constatação de Disponibilidade de Material, CCDM, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, as Portarias nº 1400/2016-PGJ, de 13.5.2016, e 1414/2017-PGJ, de 28.4.2017 (Port. nº 1821/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 1º.6.2017, os servidores **Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol**, Técnico II; **Marlon Eduardo D’Andrea Santos**, **Wanessa Barbosa Santana** e **Wilson Nantes de Oliveira**, Chefes de Núcleo; **Magaly Carvalho Brunet**, Chefe de Divisão; **Caroline Pires Aquino** e **Maria Caroline Lima Madureira**, Analistas/Direito; **Rosinei Escobar Xavier**, Técnico I; e, como membro temporário, **Jose Lima Fidelis**, Técnico I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos, CPAAD, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, as Portarias nº 1399/2016-PGJ, de 13.5.2016, 2447/2016-PGJ, de 17.8.2016, e 2524/2016-PGJ, de 25.8.2016 (Port. nº 1822/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 1º.6.2017, os servidores **Renato Boggi Rodrigues**, Chefe de Departamento; **Thaís da Silva Rodrigues**, Chefe de Núcleo; **Carlos Cesar de Araujo Junior e Phelipe Alves de Oliveira**, Analistas/Engenharia Civil; **Elvey Tessaro Andrade**, Analista/Engenharia Elétrica; **Megaron Molossi**, Analista/Arquitetura; **Jorge Antonio Arantes Vilela**, Analista/Informática; **Jose Luiz Alvarenga de Oliveira e Raiane Santos Arteman**, Analistas/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de acompanhamento do planejamento e execução de projetos de ampliação do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça de Três Lagoas; construção de uma nova sede para as Promotorias de Justiça da Capital, bem como de Corumbá, Naviraí e Aparecida do Taboado, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, as Portarias nº 1402/2016-PGJ, de 13.5.2016, 947/2017-PGJ e 950/2017-PGJ, ambas de 24.3.2017 (Port. nº 1823/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 1º.6.2017, os servidores **Renato Boggi Rodrigues**, Chefe de Departamento; **Thaís da Silva Rodrigues**, Chefe de Núcleo; **Jean Claud Borges Maciel Pinheiro e Megaron Molossi**, Analistas/Arquitetura; **Luisa de Marillac Silva Cordeiro Almeida e Maria Caroline Lima Madureira**, Analistas/Direito; e **Bruno Dantas Sanchez**, Chefe de Setor, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Temporária de Acessibilidade e Adequação das Edificações e Serviços no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da mesma data, as Portarias nº 1401/2016-PGJ, de 13.5.2016, 946/2017-PGJ e 977/2017-PGJ, ambas de 24.3.2017 (Port. nº 1824/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores **Renato Boggi Rodrigues**, Chefe de Departamento, e **Maria Caroline Lima Madureira**, Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem Comissão Mista, em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e a Defensoria Pública-Geral do Estado, na execução de projeto contra incêndio, referente ao edifício-sede das Promotorias de Justiça da Capital, bem como da Defensoria Pública e do Fórum, situados na Rua da Paz; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 2023/2016-PGJ, de 11.7.2016 (Port. nº 1825/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 57/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – **Murilo Rolim Neto**, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – **Nádia de Moura Mattos**, Analista/Administração; 2) Fiscal – **Edgar Roberto Lemos de Miranda**, Procurador de Justiça 2.1) Suplente – **Thelma Martinez Lima**, Técnico II (Processo PGJ/10/0881/2017) (Port. nº 1831/2017-PGJ, de 6.6.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Remover, de ofício, no interesse da Instituição, **Wiliam Fonseca Cavalheiro Alves**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, área de atividade Motorista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para a comarca de Campo Grande, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, e dos artigos 1º, inciso I, e 2º da Resolução nº 023/2012-PGJ, de 19.6.2012 (Processo PGJ/10/1917/2017) (Port. nº 1845/2017-PGJ, de 6.6.2017).

(a) Humberto de Matos Brittes

Procurador-Geral de Justiça em exercício

AVISO Nº 027/2017PGJ, DE 6.6.2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, **ALTERA** o Anexo Único do Aviso nº 024/2017-PGJ, de 23.5.2017, que passa a vigorar conforme o Anexo Único deste aviso.

Campo Grande, 6 de junho de 2017.

Humberto de Matos Brittes

Procurador-Geral de Justiça em exercício

ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 027/2017-PGJ, DE 6.6.2017

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL						
COMARCA	CARGOS					
	ANALISTA	TÉCNICO I			TÉCNICO II	AUXILIAR
		ADMINISTRATIVA	CONTABILIDADE	INFORMÁTICA	ADMINISTRATIVA	MOTORISTA
CORUMBÁ						1
TRÊS LAGOAS						1
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SEGUNDA ENTRÂNCIA						
COMARCA	CARGOS					
	ANALISTA	TÉCNICO I			TÉCNICO II	AUXILIAR
		ADMINISTRATIVA	CONTABILIDADE	INFORMÁTICA	ADMINISTRATIVA	MOTORISTA
CHAPADÃO DO SUL						1
PARANAÍBA						1

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELA PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Ana Gabriela Kiyomura Merlin**, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna, nos dias 1º e 2.6.2017, em razão de viagem a trabalho da titular, *Rosimara Bandeira Vasques de Almeida* (Port. nº 1801/2017-PGJ, de 2.6.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Fernanda Tabarin Vieira Okamoto**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Execução Orçamentária, no período de 30.5 a 1º.6.2017, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da titular, *Soraya Shigueko Nakasato* (Port. nº 1813/2017-PGJ, de 5.6.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar os servidores **Fábio Borini Monteiro**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, e **Otoni Sá Leal de Figueiredo**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Organização do Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Nível Médio da Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 30.5.2017 (Port. nº 1815/2017-PGJ, de 5.6.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora **Mayara Deronzi Rodrigues dos Santos de Oliveira**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 dias de licença para tratamento de saúde, no período de 23.5 a 6.6.2017, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 1817/2017-PGJ, de 5.6.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora **Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta**, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 5ª

Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 26.6 a 18.7.2017, em razão de férias da servidora *Juliana Giovani de Souza Ferreira* (Port. nº 1826/2017-PGJ, de 6.6.2017).

A **PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **Frederico Correa Pereira da Silva**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a prorrogação de jornada especial de trabalho, a contar de 8 de junho de 2017, a ser cumprida das 14h00min às 18h00min, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º, todos da Lei Estadual nº 1.134, de 26.3.1991 (Processo PGJ/10/1289/2015) (Port. nº 1827/2017-PGJ, de 6.6.2017).

(a) Nilza Gomes da Silva

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

EDITAL N.º 007/2017-CEAF

XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAF** COMUNICA aos GRADUADOS na área de conhecimento de **Administração, Ambiental, Desenvolvimento de Sistemas, Economia, Psicologia e Serviço Social**, aos ACADÊMICOS dos Cursos de Nível Superior em **Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação/Jornalismo, Direito, Engenharia Agrônoma, Engenharia Ambiental ou Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Elétrica, Geografia, Publicidade e Propaganda, Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Produção Multimídia, Tecnologia em Redes de Computadores, Serviço Social**, e aos ALUNOS do nível médio profissionalizante do curso de [Técnico em Segurança](#) do Trabalho, inscritos no **XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, o gabarito da prova escrita realizada no dia 04 de junho de 2017, conforme disposições abaixo:

I – Do Gabarito Preliminar

1. O Gabarito Preliminar da Prova Escrita, realizada em 4 de junho de 2016, encontra-se no Anexo I deste Edital.

II – Dos Recursos

1. No prazo de 02 (dois) dias da publicação deste Edital no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP será permitido ao candidato interessado apresentar recurso.

2. O requerimento de recurso deverá ser feito por escrito, assinado pelo candidato e dirigido ao Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, devendo ser entregue pessoalmente à FAPEC, - localizada a Rua 9 de julho, nº 1922, Vila Ipiranga, Campo Grande/MS, CEP 79081-050 - em se tratando de candidatos da comarca de Campo Grande; e, em relação aos recursos dos candidatos do interior do Estado, deverá ser encaminhado, via Sedex, com aviso de recebimento, para a FAPEC, no mesmo endereço.

3. Não será aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telex, internet, telegrama ou outro meio não especificado neste Edital.

4. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será atribuída a todos candidatos presentes à prova objetiva.

5. O recurso interposto fora do prazo não será conhecido, sendo considerado, para tanto, o carimbo de protocolo oficial da FAPEC e, em relação aos recursos dos candidatos do interior do Estado, a data da postagem do Sedex (correio).

6. Não será conhecido o recurso interposto em prazo destinado a evento diverso do questionado.

7. O candidato deverá entregar o recurso em três vias (original e duas cópias), digitado ou datilografado. E no caso de recurso contra o gabarito, cada questão ou item deverá ser apresentado em folhas separadas, identificadas.

8. O modelo de requerimento de recurso está disponível no Anexo II deste Edital.

Campo Grande – MS, 06 de junho de 2017.

Edgar Roberto Lemos de Miranda

Procurador de Justiça e Coordenador do CEAF

Presidente da Comissão

Anexo I
EDITAL N.º 007/2017-CEAF
Gabarito Preliminar

Nível médio profissionalizante

Técnico em Segurança do Trabalho

1. B	2. D	3. A	4. E	5. C	6. D	7. B	8. B	9. E	10. C
11. B	12. D	13. A	14. E	15. E	16. C	17. C	18. A	19. B	20. D
21. D	22. E	23. A	24. E	25. B	26. E	27. C	28. E	29. C	30. C
31. A	32. D	33. D	34. C	35. D	36. D	37. B	38. E	39. B	40. D

Nível Superior/Graduação

Administração

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. A	22. E	23. B	24. C	25. A	26. A	27. E	28. C	29. C	30. A
31. D	32. E	33. C	34. D	35. D	36. B	37. B	38. B	39. D	40. E

Arquitetura e Urbanismo

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. B	22. C	23. E	24. E	25. B	26. D	27. A	28. C	29. B	30. D
31. A	32. E	33. D	34. A	35. C	36. C	37. B	38. E	39. D	40. A

Ciências Biológicas

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. A	22. C	23. A	24. A	25. D	26. A	27. E	28. D	29. B	30. B
31. D	32. A	33. B	34. A	35. B	36. A	37. C	38. C	39. D	40. C

Ciências Contábeis

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. C	22. A	23. B	24. E	25. D	26. B	27. C	28. D	29. E	30. A
31. D	32. E	33. A	34. B	35. C	36. B	37. E	38. C	39. A	40. D

Ciências da Computação

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. E	12. C	13. B	14. E	15. D	16. A	17. D	18. B	19. C	20. A
21. E	22. D	23. B	24. D	25. C	26. D	27. C	28. E	29. A	30. E
31. C	32. C	33. A	34. C	35. E	36. A	37. E	38. B	39. D	40. C

Ciências Econômicas

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. A	22. E	23. C	24. B	25. E	26. B	27. A	28. E	29. A	30. B
31. A	32. E	33. C	34. D	35. A	36. B	37. B	38. C	39. D	40. E

Comunicação/Jornalismo

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. C	22. D	23. A	24. A	25. D	26. C	27. B	28. E	29. E	30. B
31. D	32. C	33. B	34. A	35. D	36. E	37. A	38. B	39. E	40. D

Direito

1. A	2. D	3. C	4. A	5. B	6. A	7. E	8. C	9. D	10. E
11. C	12. A	13. D	14. A	15. C	16. E	17. B	18. A	19. E	20. A
21. E	22. C	23. D	24. B	25. A	26. D	27. E	28. C	29. B	30. D
31. A	32. C	33. B	34. E	35. D	36. C	37. E	38. A	39. C	40. C

Engenharia Agrônômica

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. A	22. B	23. D	24. E	25. E	26. A	27. B	28. B	29. C	30. D
31. E	32. C	33. A	34. D	35. C	36. B	37. E	38. A	39. D	40. C

Engenharia Ambiental ou Sanitária

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. D	22. A	23. B	24. C	25. D	26. D	27. B	28. C	29. E	30. B
31. E	32. A	33. C	34. B	35. A	36. E	37. D	38. B	39. E	40. B

Engenharia Civil

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. E	22. A	23. E	24. A	25. C	26. D	27. A	28. B	29. C	30. D
31. D	32. B	33. D	34. B	35. C	36. E	37. A	38. E	39. C	40. B

Engenharia de Computação

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. E	12. C	13. B	14. E	15. D	16. A	17. D	18. B	19. C	20. A
21. E	22. D	23. B	24. D	25. C	26. D	27. C	28. E	29. A	30. E
31. C	32. C	33. A	34. C	35. E	36. A	37. E	38. D	39. A	40. B

Engenharia Elétrica

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. D	22. A	23. C	24. B	25. D	26. E	27. A	28. C	29. E	30. A
31. C	32. D	33. B	34. D	35. A	36. C	37. B	38. C	39. A	40. B

Geografia

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. A	22. C	23. D	24. E	25. C	26. D	27. D	28. B	29. C	30. E
31. B	32. B	33. B	34. A	35. C	36. A	37. D	38. E	39. A	40. C

Publicidade e Propaganda

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. D	22. B	23. C	24. B	25. A	26. C	27. E	28. D	29. A	30. C
31. D	32. E	33. B	34. A	35. A	36. C	37. E	38. E	39. C	40. D

Tecnologia de Desenvolvimento de Sistemas ou Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. E	12. C	13. B	14. E	15. D	16. D	17. B	18. C	19. E	20. B
21. D	22. C	23. E	24. E	25. B	26. B	27. C	28. C	29. E	30. E
31. C	32. A	33. D	34. E	35. B	36. D	37. A	38. D	39. C	40. A

Tecnologia em Produção Multimídia

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. E	12. C	13. B	14. E	15. D	16. D	17. B	18. C	19. C	20. B
21. E	22. D	23. E	24. E	25. B	26. C	27. E	28. E	29. C	30. A
31. E	32. D	33. B	34. D	35. A	36. D	37. A	38. C	39. B	40. E

Tecnologia em Redes de Computadores

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. E	12. C	13. B	14. E	15. D	16. A	17. D	18. B	19. C	20. A
21. E	22. D	23. B	24. D	25. C	26. D	27. C	28. E	29. A	30. E

31. C	32. C	33. A	34. C	35. E	36. C	37. A	38. D	39. C	40. B
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Serviço Social

1. B	2. A	3. C	4. D	5. C	6. C	7. D	8. D	9. C	10. E
11. A	12. D	13. C	14. A	15. B	16. E	17. C	18. B	19. E	20. D
21. C	22. C	23. D	24. D	25. A	26. D	27. A	28. C	29. B	30. A
31. D	32. B	33. C	34. E	35. C	36. E	37. D	38. B	39. A	40. B

Nível Superior/Pós-Graduação**Administração**

1. B	2. E	3. A	4. D	5. C	6. D	7. E	8. A	9. B	10. C
11. C	12. A	13. D	14. A	15. B	16. A	17. C	18. A	19. E	20. C
21. D	22. E	23. C	24. B	25. D	26. B	27. A	28. E	29. C	30. A
31. B	32. E	33. D	34. B	35. D	36. B	37. D	38. E	39. C	40. C
41. A	42. D	43. B	44. A	45. B	46. C	47. A	48. D	49. E	50. C

Ambiental

1. B	2. E	3. A	4. D	5. C	6. D	7. E	8. A	9. B	10. C
11. C	12. A	13. D	14. A	15. B	16. A	17. C	18. A	19. E	20. C
21. D	22. E	23. C	24. B	25. D	26. C	27. A	28. E	29. C	30. A
31. C	32. A	33. C	34. D	35. E	36. B	37. C	38. A	39. A	40. D
41. D	42. E	43. B	44. C	45. B	46. D	47. B	48. A	49. D	50. D

Desenvolvimento de Sistemas

1. B	2. E	3. A	4. D	5. C	6. D	7. E	8. A	9. B	10. C
11. A	12. C	13. A	14. E	15. C	16. D	17. E	18. C	19. B	20. D
21. B	22. D	23. C	24. E	25. D	26. E	27. A	28. C	29. D	30. E
31. A	32. B	33. B	34. E	35. A	36. E	37. E	38. D	39. C	40. D
41. B	42. B	43. E	44. E	45. B	46. E	47. A	48. D	49. E	50. A

Direito

1. B	2. E	3. E	4. A	5. E	6. B	7. E	8. B	9. E	10. C
11. A	12. E	13. B	14. D	15. D	16. A	17. C	18. B	19. E	20. C
21. E	22. A	23. E	24. B	25. B	26. C	27. B	28. A	29. D	30. A
31. C	32. E	33. B	34. E	35. C	36. E	37. B	38. B	39. A	40. C

Psicologia

1. B	2. E	3. A	4. D	5. C	6. D	7. E	8. A	9. B	10. C
11. C	12. A	13. D	14. A	15. B	16. A	17. C	18. A	19. E	20. C
21. D	22. E	23. C	24. B	25. D	26. A	27. D	28. E	29. A	30. E
31. C	32. E	33. E	34. D	35. B	36. E	37. E	38. B	39. E	40. D
41. E	42. A	43. B	44. D	45. D	46. C	47. A	48. C	49. D	50. B

Serviço Social

1. B	2. E	3. A	4. D	5. C	6. D	7. E	8. A	9. B	10. C
11. C	12. A	13. D	14. A	15. B	16. A	17. C	18. A	19. E	20. C
21. D	22. E	23. C	24. B	25. D	26. D	27. C	28. B	29. B	30. D
31. C	32. B	33. C	34. E	35. B	36. A	37. A	38. B	39. B	40. C
41. B	42. D	43. C	44. A	45. A	46. D	47. C	48. D	49. B	50. B

Anexo II**EDITAL N.º 007/2017-CEAF
REQUERIMENTO DE RECURSO**

À COMISSÃO DO XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nome: _____

Nº de inscrição: _____

Curso: _____

Número do Documento de Identidade: _____

Endereço Completo: _____

Questão: _____ Alternativa assinalada: _____ Gabarito Preliminar: _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

_____, _____ de junho de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

Extrato de Doação Processo PGJ/10/1735/2016 – PARTES:

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: **Conselho da Comunidade de Ponta Porã/MS**, representado pela Presidente – Silvania Gobi Monteiro Fernandes.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 07 unidades

Data: 11.04.2017.

Extrato de Doação Processo PGJ/10/1735/2016 – PARTES:

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: **Instituto de Tecnologia de Desenvolvimento e Inclusão Social**, representado pelo Presidente – Álvaro Larson Dias.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 04 unidades

Data: 11.04.2017.

Extrato de Doação Processo PGJ/10/1735/2016 – PARTES:

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: **Serviço de Acolhimento Institucional**, representado pela Coordenadora – Valdicéia dos Santos Oliveira.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 05 unidades
Data: 11.04.2017.

Extrato de Doação Processo PGJ/10/0965/2017 – PARTES:

Doador: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por sua Secretária-Geral, **Bianka Karina Barros da Costa**.

Donatário: **Coordenadoria Geral de Perícias**, representado pelo Diretor – Rubens Cyles Pereira.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 10 unidades

Monitor: 09 unidades

Data: 03.04.2017.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 03/PJBRAS/2017

Gabarito Oficial Provisório

1. A Promotoria de Justiça de Brasilândia apresenta o gabarito oficial provisório da prova aplicada no último dia 4 de junho de 2017 (concurso de estágio de ensino médio), para conhecimento dos interessados.

2. O gabarito oficial definitivo e a classificação provisória dos candidatos serão oportunamente publicados no Diário Oficial do Ministério Público, ocasião em que se iniciará o prazo para os recursos contra o gabarito.

01	A	11	C	21	D	31	C	41	B
02	C	12	A	22	B	32	C	42	D
03	B	13	A	23	A	33	C	43	B
04	D	14	D	24	C	34	A	44	A
05	D	15	C	25	C	35	B	45	D
06	A	16	D	26	D	36	D	46	B
07	C	17	B	27	B	37	B	47	D
08	D	18	D	28	A	38	B	48	C
09	A	19	C	29	C	39	B	49	D
10	D	20	C	30	C	40	D	50	B

Brasilândia, 5 de junho de 2017.

a) Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto

Promotora de Justiça

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

Edital nº 0004/2017/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001680-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Hotel Metropolitan Ltda EPP

Objeto(s): Fiscalizar o cumprimento da sentença, mais precisamente o tamponamento definitivo dos poços de água subterrânea.

Campo Grande, 05 de junho de 2017

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA - Promotor de Justiça

Edital nº 0005/2017/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001723-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Sementes Boi Gordo Ltda.

Objeto(s): Fiscalizar e acompanhar o cumprimento da sentença proferida nos autos de Ação Civil Pública n. 0013493-85.2010.8.12.0001.

Campo Grande, 06 de junho de 2017.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA - Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N.º 02/34ªPJ/2017**Autos de Inquérito Civil nº. 06.2016.00001172-6****Objeto: Recursos Hídricos**

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal), o que também alicerça o postulado da prevenção e da precaução em meio ambiente;

CONSIDERANDO que a água é um recurso limitado, de domínio público e essencial para a sadia qualidade de vida e para demais usos, inclusive fabris e econômicos e, portanto, dotado de valor econômico, consoante estabelecem a Lei Federal n. 9.433/97, art. 1º, e Lei Estadual n. 2.406/02, artigo 3º, de sorte que as políticas nacional e estadual preconizam que seu uso seja controlado para preservá-lo e garantir, em caso de escassez, o acesso prioritário para o consumo humano e dessedentação de animais;

CONSIDERANDO que é dever dos gestores ambientais preconizarem o cumprimento das políticas de uso desse recurso, cuja gestão deve procurar assegurar o uso múltiplo da água nos parâmetros de um desenvolvimento sustentável, conforme Lei Federal n. 9.433/97, art. 1º, e Lei Estadual n. 2.406/02, artigo 2º;

CONSIDERANDO que é dever do Estado prevenir e proteger a população dos processos hidrológicos críticos, causados natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos hídricos, os quais oferecem riscos sanitários e de segurança pública ou podem trazer prejuízos econômicos ou sociais (Lei Federal n. 9.433/97, art. 2º, III, e Lei Estadual n. 2.406/02, art. 2º, III);

CONSIDERANDO que o regime de outorga de uso de recursos hídricos é um instrumento da política nacional e estadual de recursos hídricos, com o intuito de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água (Lei Federal n. 9.433/97, art. 11; Lei Estadual n. 2.406/02, art. 10);

CONSIDERANDO a captação de água subterrânea para consumo humano ou como insumo de processo produtivo é um tipo de uso de recurso hídrico sujeito ao regime de outorga (Lei Federal n. 9.433/97, art. 12, II; Lei Estadual n. 2.406/02, art. 11, II);

CONSIDERANDO que a captação de água por fontes alternativas quando o local for abastecido por rede pública de abastecimento de água é proibido como regra geral, com obrigação do consumidor de ligar-se à rede pública de água (Lei Federal n. 11.455/07, artigo 45, *caput* e §§1º e 2º; Lei Estadual n. 1.293/1992, artigo 56; Portaria n. 2.914/2011 do Ministério da Saúde, artigo 3º; artigo 61 da Lei Municipal n. 2.909/1992);

CONSIDERANDO que todos os recursos hídricos estão sujeitos a enquadramento, um dos instrumentos da política nacional e estadual de recursos hídricos, ou seja, enquadra-se o corpo d'água conforme meta de qualidade da água (classe) a ser alcançado ou mantido em um aquífero ou em porção dele, conforme usos preponderantes pretendidos, ao longo do tempo, tudo no intuito de assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas, bem

como diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes, a par de fornecer elementos para a fixação do valor da outorga e cobrança pelo uso das águas (Lei Federal n. 9.433/97, art. 9º, I e II; Lei Estadual n. 2.406/02, art. 9º, I, II e III; Resolução CONAMA n. 396/2008, art. 2º, VIII);

CONSIDERANDO que compete às Agências de Águas, entre outras, propor aos Comitês de Bacias o enquadramento dos recursos hídricos, inclusive dos aquíferos, para posterior encaminhamento aos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (Lei Federal n. 9.433/97, art. 44, XI, "a"; Lei Estadual n. 2.406/02, art. 42, XI, "a");

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA n. 396/2008 estabelece as classes das águas e os parâmetros para a classificação dos recursos hídricos conforme padrão de qualidade, considerado o valor limite estipulado como requisito normativo de um parâmetro de qualidade de água, estabelecido com base nos valores de referência de qualidade e nos valores máximos permitidos para cada um dos usos preponderantes (art. 2º, XIX);

CONSIDERANDO que a mesma Resolução CONAMA n. 396/2008 impõem aos órgãos competentes o dever de monitoramento dos parâmetros necessários ao acompanhamento da condição de qualidade da água subterrânea, conforme índices previstos no art. 12 e 13, com frequência a ser definida em função das características hidrogeológicas e hidrogeoquímicas dos aquíferos, das fontes de poluição e dos usos pretendidos, mas inicialmente no mínimo semestralmente, sem prejuízo da caracterização quinquenal da qualidade da água de modo a contemplar todos os parâmetros listados na Resolução e outros mais que se fizerem necessários;

CONSIDERANDO, ainda, que o monitoramento deve ser complementado, se for tecnicamente justificado, por testes de toxicidade com organismos apropriados para cada um dos usos ou por análises toxicológicas adequadas (Resolução CONAMA 396/2008, art. 13, §4º);

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA n. 396/2008 prescreve que as amostragens e análises de água subterrânea e sua avaliação de qualidade, a ser realizada pelo órgão competente, deve ser feita em laboratório (próprio ou conveniado/contratado), com critérios e procedimentos de qualidade aceitos pelos responsáveis pelo monitoramento (artigos 15 e 16), com adoção de procedimentos mínimos previstos no art. 17 para as amostragens, as análises e o controle de qualidade para caracterização e monitoramento das águas subterrâneas, além da obrigação de relatar os resultados obtidos em relatórios analíticos que contenham as informações mínimas prescritas no art. 18;

CONSIDERANDO que as águas subterrâneas estão sob competência e responsabilidade de gestão dos Estados (art. 26, I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que os documentos dos autos mostram que o Estado de Mato Grosso do Sul não possui rede de monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos subterrâneos, o que inviabiliza o alcance dos objetivos das políticas nacional e estadual de recursos hídricos com o regime de outorga de uso dos recursos hídricos subterrâneos, porquanto essa omissão: a) impede de assegurar se as águas subterrâneas existentes e captadas estão com a qualidade compatível com os usos mais exigentes a que foram destinadas; b) não permite diminuir os custos de combate à poluição das águas, ante a falta de dados para definir ações preventivas permanentes; c) frustra a fixação do valor da cobrança pelo uso da água, bem como seu planejamento e gestão, mormente em caso de escassez.

CONSIDERANDO que o Manual de Outorga emitido pelo IMASUL permite a autorização de perfuração de poço (outorga preventiva) e concessão do uso de recurso hídrico subterrâneo para o escopo de consumo humano mesmo em áreas urbanas servidas por rede pública de abastecimento de água em caso de utilidade pública e ou interesse social, bem como não impõe a outorga para poços manuais antigos situados também em zona urbana abrangida por rede pública de abastecimento humano, contentando-se com cadastramento, o que parece contrariar o art. 45 da Lei n. 11.445/07 e demais legislações já citadas.

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea "b" e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), **RECOMENDA** ao Estado de Mato Grosso do Sul, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul: a) que elaborem os devidos estudos técnicos devidos, mormente de hidrogeologia, a fim de conhecer os dados indispensáveis para a criação de uma rede de monitoramento das águas subterrâneas no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme exigência das normas ambientais de regência. O projeto em questão deverá sugerir o número mínimo de pontos ou estações de monitoramento, os parâmetros que serão mensurados e o quantitativo do aquífero, a capacidade de recarga, os custos para sua implantação, como estabeleça um cronograma de implantação da rede de monitoramento das águas subterrâneas e sua ampliação, com previsão da implantação das primeiras estações de coleta da rede já no ano de 2017, **no prazo de noventa dias**; b) **que estructurem, observados o cronograma de implantação e todas as normas ambientais de regência**, a rede de monitoramento de águas subterrâneas, de modo a monitorar a qualidade e a quantidade da água subterrânea nos moldes

estabelecidos na legislação ambiental, com exames laboratoriais que mensurem os parâmetros mínimos, emissão de relatórios com as informações mínimas, de sorte a permitir o enquadramento e classificação dos aquíferos. Anualmente deverão os recomendados encaminhar todas as informações que demonstrem o cumprimento do cronograma até janeiro, com começo em 2018; c) que o IMASUL abstenha-se de outorgar novos usos de recursos hídricos subterrâneos até que exista a satisfação do item recomendado anteriormente; d) que o IMASUL suspenda todas as concessões de outorga de uso de recursos hídricos subterrâneos já emitidos, adotando as medidas de polícia administrativa para impedir a utilização indevida desses recursos, até que exista a implantação da rede de monitoramento, conforme cronograma de implantação do projeto respectivo; e) que haja alteração do Manual de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, a fim de que conste norma de que, nas regiões de áreas urbanas servidas por rede de abastecimento público de água, mesmo para poços antigos, não será concedida a outorga do uso, salvo em caso de calamidade pública que implique em falta de água na rede pública de abastecimento, comprovada pela informação da concessionária que explora o serviço.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas enumeradas nesta **RECOMENDAÇÃO**.

A presente **RECOMENDAÇÃO** não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, **no prazo de trinta dias a partir do recebimento da presente**, se haverá acolhimento ou não da RECOMENDAÇÃO. **Nesse mesmo prazo, deverá esclarecer se há interesse em celebrar termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público.**

A presente recomendação será publicada no diário oficial do Ministério – DOMP, **além de publicação em Diário Oficial do Estado, às expensas dos recomendados. No prazo de trinta dias**, deverão os recomendados comprovarem a publicação deste texto.

Campo Grande, 31/05/2017.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA - Promotor de Justiça

Edital nº 006/2017/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001463-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agnaldo Monteiro de Jesus, Camilo Chiei Zikemura, Erbeth Tavares Teixeira e Maria Socorro da Silva

Assunto: Acompanhar o processo de averbação de área de preservação permanente nas matrículas dos Lotes A-4, A-5, A-6, A-7, A-8, A-9, A-10, A-11, A-13, A-14, A-18, A-19, A-20, A-21, A-22, A-23, A-27, A-28, 24-C e 24-D, todos localizados na Quadra 23 do Bairro Popular, nesta capital, e oriundos do Loteamento denominado "Jardim Itália".

Campo Grande, 30 de maio de 2017.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA - Promotora de Justiça

Edital nº 007/2017/PA

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001741-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande em fiscalizar e coibir a poluição sonora produzida pela Valley Thai.

Campo Grande, 31 de maio de 2017.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA - Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

MUNDO NOVO

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão da Notícia de Fato n.º 016/2017 em Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000995-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório N.º 06.2017.00000995-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Valdomiro Brischiliari.

Assunto: Apurar eventual nomeação de pessoas além do previsto na legislação vigente.

Mundo Novo/MS, 06 de junho de 2017.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES - Promotor de Justiça

Edital n.º 0014/2017/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão da Notícia de Fato n.º 01.2017.00003044-9 em Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000997-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório N.º 06.2017.00000997-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Mundo Novo, F. Lopes Fernandes Advogados Associados.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Câmara dos Vereadores de Mundo Novo/MS.

Mundo Novo/MS, 06 de junho de 2017.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES - Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

Edital n.º 0028/2017/01PJ/RRP

A Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1.017, Bairro Nossa Senhora da Conceição I.

Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000846-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Haroldo Simioni, Célia Aparecida Lacerda, Gilberto Lima Júnior

Assunto: apurar eventual ocorrência de desmatamento ilegal na reserva legal da propriedade rural denominada Fazenda Modelo II.

Ribas do Rio Pardo, 05 de junho de 2017.

GEORGE ZAROUR CEZAR – Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANASTÁCIO

Edital n.º 025/2017/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Nº 06.2016.00001032-7, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América – Edifício do Fórum, em Anastácio – MS.

Inquérito Civil Nº 06.2016.00001032-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: a apurar

Assunto: apurar eventual irregularidade no sorteio das casas de Sandra Maria de Oliveira Pedrozo e Joyce Rodrigues da Costa no Residencial Wilson Proença Leite – Anastácio/MS.

Anastácio (MS), em 20 de março de 2017.

JOÃO MENEGHINI GIRELLI – Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
INQUÉRITO CIVIL N. 11/2014**

Aos 05 de junho de 2017, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, alterado pelo artigo 113, da Lei Federal n. 8.078/1990, os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I – DAS PARTES:

COMPROMITENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça em substituição legal nesta Comarca de Glória de Dourados/MS, **Dr. WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**.

COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ARISTEU PEREIRA NANTES, com a manifestação favorável da assessora jurídica representada pelo Procuradora Dra. **Patrícia Gimenez de Souza**, bem como do Engenheiro Civil do Município, senhor **Paulo Carlos Silva Júnior**.

TÍTULO II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

CLÁUSULA 1ª: O Compromissário firma o presente compromisso, reconhecendo, e

Considerando competir ao Ministério Público, nos moldes do art. 127 da Constituição Federal e do art. 126 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis;

Considerando o disposto no art. 129, inciso III da Constituição Federal, em que se estabelece caber ao Ministério Público, através de inquérito civil e ação civil pública, a proteção dos interesses difusos e coletivos, neles incluídos os das pessoas com deficiência;

Considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada e adotada em 10 de dezembro de 1948, por força da Resolução n. 217 da Assembleia das Nações Unidas, em Paris, França, e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 09 de dezembro de 1975, que estabelecem como princípios fundamentais o respeito à dignidade humana e a igualdade de direitos;

Considerando que a igualdade é direito constitucionalmente garantido a todos os brasileiros, por força do art. 5º, caput, da Constituição Federal;

Considerando competir à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a proteção e garantia das pessoas com deficiência (art. 23, inciso II, da Constituição Federal);

Considerando o art. 227, § 1º inciso II, da Constituição Federal, pelo qual se impõe ao Estado a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência física, sensorial e mental, e a integração social do adolescente com deficiência, mediante o treinamento para o trabalho, a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos;

Considerando o art. 208, inciso III, da Constituição Federal, em que se determinou ao Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Considerando o estabelecido na Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul que traz em seu artigo 190, inciso IV, a mesma disposição acima citada;

Considerando que ao Poder Público e respectivos órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício dos direitos básicos, incluindo o direito à educação (art. 2º, caput, da Lei Federal n. 7.853/1989);

Considerando o disposto no artigo 2º, inciso V, alínea "a", da Lei Federal n. 7.853/89, que estabelece "na área das edificações: a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte";

Considerando o Decreto n. 3.298/99, que regulamentou a lei supracitada e determinou, no art. 24, § 5º, que: "Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: § 5º. Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT relativas à acessibilidade";

Considerando que no artigo 46, inciso V, do mesmo Decreto, afirma-se que "os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela cultura, pelo desporto, pelo turismo e pelo lazer dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, com vista a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: V - assegurar a acessibilidade às instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino, desde o nível pré-escolar até a universidade";

Considerando as prescrições da Lei n. 10.098/2000 que, além de outras providências, estabelece normas gerais e critérios

básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Considerando as prescrições da Lei n. 13.146/2015 que, além de outras providências, é destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

Considerando o teor dos seguintes dispositivos do Decreto Federal n. 5.296/2004:

Art. 19. A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade.

§ 1º - No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 22. A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º - Nas edificações de uso público a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 2º - Nas edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 3º - Nas edificações de uso coletivo a serem construídas, ampliadas ou reformadas, onde devem existir banheiros de uso público, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência deverão ter entrada independente dos demais e obedecer às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 4º - Nas edificações de uso coletivo já existentes, onde haja banheiros destinados ao uso público, os sanitários preparados para o uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida deverão estar localizados nos pavimentos acessíveis, ter entrada independente dos demais sanitários, se houver, e obedecer as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

§ 1º - Para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I - está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto;

§ 2º - As edificações de uso público e de uso coletivo referidas no caput, já existentes, têm, respectivamente, prazo de trinta e quarenta e oito meses, a contar da data de publicação deste Decreto, para garantir a acessibilidade de que trata este artigo.

Considerando a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 30 de março de 2007, em Nova York, ratificada pelo Decreto Federal n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, que dispõe, no artigo 9º, que "*a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho*";

Considerando o disposto na Resolução n. 04/09 do Conselho Nacional de Educação, que preconiza a acessibilidade aos espaços e mobiliários como uma de suas diretrizes para o atendimento educacional especializado;

Considerando o disposto no Decreto n. 7.611/2011, especialmente quando prevê a oferta de recursos para adequação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade;

Considerando que, acerca da pessoa com deficiência foi adotado o paradigma de suporte, no qual o enfoque das intervenções foi deslocado do indivíduo para os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, o que implica a construção de uma sociedade inclusiva, com a supressão de barreiras e obstáculos físico-arquitetônicos, de forma a favorecer a autonomia e independência da pessoa com deficiência, notadamente no âmbito educacional;

RESOLVEM celebrar neste ato **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**, mediante as seguintes

cláusulas:

TÍTULO III – DOS CONCEITOS PRELIMINARES

CLÁUSULA 2ª – O presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** refere-se ao **Inquérito Civil nº 11/2014**, e os termos e expressões indicados terão os seguintes significados:

1. ACESSIBILIDADE – a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos do artigo 2º, inciso I, da Lei Federal n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e artigo 3º, inciso I, da Lei Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015.

2. PESSOA COM DEFICIÊNCIA – aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, consoante disposto no artigo 2º, da Lei Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015.

3. UNIDADES EDUCACIONAIS – Escola Municipal Marinha do Brasil, Escola Municipal Dois de Maio, e Escola Municipal Dalva da Silva Leite.

TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 3ª - São obrigações do **MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS**:

a) Garantir o pleno direito à educação das pessoas com deficiência, observarem a legislação suprarreferida e tornarem acessíveis as Escolas Municipais Marinha do Brasil, Escola Municipal Dois de Maio, e Escola Municipal Dalva da Silva Leite.;

b) Incluir na lei orçamentária anual e na lei de diretrizes orçamentárias dos anos de 2018 e 2019 as verbas necessárias para o cumprimento das obrigações e destinarem recursos para garantir a execução dos projetos apresentados às fls. 189 e 191 para adequação às normas de acessibilidade nas unidades educacionais Escola Municipal Marinha do Brasil, Escola Municipal Dois de Maio, e Escola Municipal Dalva da Silva Leite;

c) **apresentar o cronograma de execução das obras no prazo de 60 dias a contar da assinatura deste termo de ajustamento de conduta;**

d) **Apresentar quadrimestralmente relatório sobre o andamento das obras, a contar de 05.10.2017, até o cumprimento integral das obras e esgotamento do presente termo de ajustamento de conduta, previsto para 05.08.2019;**

e) **iniciar às obras de execução para adequação às normas técnicas de acessibilidade, conforme projetos apresentados às fls. 189 e 191, até o dia 05 de outubro de 2017, nos termos do cronograma a ser apresentado nesta Promotoria de Justiça (item c supra), devendo concluí-las até o dia 05 de agosto de 2019.**

f) **Determinarem que, nas futuras contratações para execução do objeto do presente TAC, os contratados apresentem a Anotação de Responsabilidade Técnica/ART em respeito às normas vigentes, observada a cláusula oitava;**

g) **Atestar a realização dos serviços para repasse de recursos.**

CLÁUSULA 4ª – Constatado o descumprimento às normas técnicas de acessibilidade nas unidades educacionais Escola Municipal Marinha do Brasil e Escola Municipal Dois de Maio, fica o Município de Glória de Dourados, obrigado a sanar as irregularidades observadas, no prazo máximo de cento e oitenta dias a partir da formal notificação.

§ 1º – O descumprimento às obrigações estabelecidas nesta cláusula acarretará o pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

CLÁUSULA 5ª – O Município de Glória de Dourados, por meio da Gerência Municipal de Educação, se obriga a assegurar a construção das novas unidades educacionais em absoluto respeito às normas de acessibilidade previstas na NBR n. 9.050/04 ou outra que a substitua.

CLÁUSULA 6ª – O descumprimento às obras de acessibilidade previstas no cronograma anual ensejará multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) por unidade educacional não acessível para os fins deste TAC.

CLÁUSULA 7ª – Sem prejuízo dos cronogramas, excepcionalmente, o Município de Glória de Dourados, poderá determinar a realização de **intervenções de acesso**, a título de adiantamento parcial das obras de acessibilidade, para o fim de atender os casos de pequenos reparos e/ou manutenção de unidades educacionais.

Parágrafo único – São consideradas intervenções de acesso, para efeito deste TAC:

a) execução de rampa de acesso ao edifício escolar;

b) execução de sanitários feminino e masculino, acessíveis, com trocador;

- c) implantação de piso tátil ou podo tátil, nos ambientes de acesso, de transição e de transposição de eventuais desníveis de piso;
- d) instalação de uma sala de aula no pavimento térreo dos prédios com dois ou mais pavimentos, para facilitar o acesso de aluno cadeirante.

CLÁUSULA 8ª – Com o objetivo de dar publicidade a este TAC, o Município de Glória de Dourados, publicará, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, a ementa do seu conteúdo, disponibilizando, no portal da Prefeitura, sua íntegra, no prazo de trinta dias, contados da sua assinatura, encaminhando cópia da publicação ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como também seja publicado no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

CLÁUSULA 9ª – A ocorrência de hipótese de força maior, caso fortuito ou situação análoga que impossibilite o cumprimento das obrigações por partes do Município de Glória de Dourados, devidamente reconhecida pelo **COMPROMITENTE**, afasta quaisquer penalidades previstas neste TAC. De igual forma, estará o Município Glória de Dourados isento do pagamento das multas acima indicadas, nos casos de descumprimento de prazo por culpa ou responsabilidade de terceiros, devidamente comprovada.

Parágrafo único – Poderá o Município de Glória de Dourados requerer, por escrito e de forma fundamentada, a prorrogação dos prazos estabelecidos neste TAC para cumprimento das obrigações, mediante solicitação apresentada com antecedência mínima de trinta dias do vencimento, que deverá ser reconhecida e aprovada pelo **COMPROMITENTE**, sob pena de incidência de multa.

CLÁUSULA 10ª – Constatado pelo **COMPROMITENTE** que as obrigações assumidas neste TAC não foram cumpridas, o representante expedirá notificação ao Prefeito Municipal, com ciência do Procurador do Município, para que comprove a execução, no prazo de sessenta dias, contados do recebimento da referida notificação, sob pena de incidência das multas previstas neste TAC, desde o vencimento, sem prejuízo da execução da obrigação principal.

Parágrafo único – Na hipótese referida no *caput*, se a obrigação for cumprida no prazo de sessenta dias contados da notificação, não incidirão as multas respectivas.

CLÁUSULA 11ª – As multas previstas neste TAC têm natureza cominatória e não substituem as respectivas obrigações.

§ 1º – A inadimplência das obrigações assumidas neste compromisso ensejará, também, a incidência de juros de mora de 6% ao ano, a contar da data prevista para a incidência de multa, fluindo ambos até o efetivo pagamento.

§ 2º – Todas as multas previstas neste TAC serão revertidas ao Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos Lesados de MS/FUNLES, nos moldes do art. 13 da Lei Federal n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública).

§ 3º – O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste TAC implicará, independentemente do pagamento do valor da correspondente multa, a sujeição do responsável às medidas judiciais cabíveis, incluindo execução específica na forma estabelecida no artigo 784, incisos IV e XII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA 12ª – Qualquer comunicação ou informação que for feita ao **COMPROMITENTE** deverá ser encaminhada à Promotoria de Justiça da Comarca de Glória de Dourados;

CLÁUSULA 13ª – O presente TAC terá eficácia de título executivo extrajudicial, de acordo com o artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 c/c o artigo 784, incisos IV e XII, do Código de Processo Civil, sujeitando-se, oportunamente, à homologação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994.

CLÁUSULA 14ª – As obrigações assumidas neste TAC não prejudicarão o cumprimento de outras obrigações anteriormente firmadas em TACs ou decorrentes de sentenças judiciais já com trânsito em julgado, desde que mais favoráveis às pessoas com deficiência.

§ 1º – De igual forma, este TAC não prejudicará as ações judiciais em curso, salvo se o autor da ação aderir a este acordo.

§ 2º – Havendo decisão judicial determinando a acessibilização de prédio em prazo diverso daquele previsto neste TAC, poderá o Município alterar o cronograma de obras, mediante comunicação ao **COMPROMITENTE**, desde que mantida a proporção de investimento originalmente prevista para as obras.

CLÁUSULA 15ª Em caso de término de mandato eletivo ou vacância do cargo, o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a dar ciência deste termo de ajustamento de conduta ao novo Prefeito Municipal, especificamente das obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se transferir a chefia da administração municipal sem cumprir a obrigação fixada nesta cláusula, permanecerá o **COMPROMISSÁRIO** pessoal e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações e das multas por descumprimento.

E por estarem de acordo, firmam o presente para todos os fins de direito.

Glória de Dourados – MS, 05 de junho de 2017.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR – Promotor de Justiça - Compromitente

MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS - PREFEITO MUN. ARISTEU PEREIRA NANTES - Compromissário

PAULO CARLOS SILVA JÚNIOR - Engenheiro Civil da Prefeitura

PATRÍCIA GIMENEZ DE SOUZA - OAB/MS 21654 - Assessora Jurídica do Município



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Com o objetivo de aprimorar a política de comunicação e divulgação oficial dos atos administrativos, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, disponibiliza o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul – DOMP-MS.

O DOMP-MS foi instituído pela Lei Estadual nº 3.963, de 13 de setembro de 2010, e regulamentado pela Resolução nº 21/PGJ/2010, de 18 de novembro de 2010 (publicada em 18/11/2010).

E-mail para envio de matérias:

dompms@mpms.mp.br

Telefone para contato:

(67) 3318-2054